

OCUPAÇÃO TERRITORIAL E DINÂMICA ATUAL DA REDE URBANA DO PARANÁ/BRASIL

Carlos Casemiro Casaril¹

Zeno Soares Crocetti²

RESUMO

A ocupação e a formação da rede urbana paranaense iniciam-se na área litorânea, nos séculos XV/XVI; avança para os campos de Curitiba, no século XVII; atinge os Campos Gerais, no século XVIII; no século XIX alcança os campos de Guarapuava e Palmas; do final do século XIX a 1930 o Norte Velho/Pioneiro; o Norte Central/Novo entre 1920-1940; o Norte Novíssimo/Noroeste em 1940; e, na última expansão entre 1950-1960, o Sudoeste e Oeste. Este trabalho analisou a rede urbana paranaense, permitindo-nos verificar o processo de industrialização, urbanização e suas dinâmicas, possibilitando-nos, entender a conjuntura desta rede. Em 1950, o Paraná possuía 80 cidades e 26% de urbanização; em 2010, 399 cidades e 85% de urbanos. A Concentração populacional e econômica se realiza nas principais centralidades, Ponta Grossa e Região Metropolitana de Curitiba (indústria pesada); Região Metropolitana de Londrina e Maringá (indústria e agronegócio) e Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo (agro-industrialização).

Palavras-Chave: Rede Urbana, Formação Sócio-Espacial, Dinâmica Urbano-Industrial.

ABSTRACT

OCCUPATION TERRITORIAL AND CURRENT DYNAMICS OF THE URBAN NETWORK OF PARANÁ/BRAZIL

The occupation and the formation of Parana urban network starts in the coastal area, in the centuries XV/XVI; advances to the fields of Curitiba, in the century XVII; reaches the Campos Gerais, in the XVIII century; in the century XIX reaches to the fields of Guarapuava and Palmas; the end of the century XIX to 1930 the Old North/Pioneer; the Central North/New between 1920-1940; Brand New North/Northwest in 1940; and, in the last expansion between 1950-1960, the

¹ Pós-doutorando na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE – Francisco Beltrão – PR. Bolsista PNPd-Capes

Endereço eletrônico: carlos.casaril@gmail.com

² Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor na Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA – Foz do Iguaçu – Paraná . Endereço eletrônico: geocrocetti@gmail.com

Southwest and West. This work analyzed the Parana urban network, allowing us to verify the process of industrialization, urbanization and its dynamics, enabling us to understand the context of this network. In 1950, the Paraná had 80 cities and 26% of urbanization; in 2010, 399 cities and 85% of urban. The population concentration and economic take places in the main centralities, Ponta Grossa and the Metropolitan Region of Curitiba (heavy industry); Metropolitan Region of Londrina and Maringa (industry and agribusiness) and Foz do Iguaçu, Cascavel and Toledo (agro-industrialization).

Key words: Urban Network, Socio-Spatial Formation, Dynamic Urban-Industrial.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar a ocupação territorial, a formação e a dinâmica atual da rede urbana paranaense. E, para a análise desta determinada rede urbana, utilizou-se como perspectiva teórica a categoria de Formação Sócio-Espacial (FES) (SANTOS, 1977), a qual busca a apreensão da realidade, que apresenta múltiplas determinações, características próprias de formações sociais antigas e novas (continuidades e descontinuidades).

[...] A combinação de sucessivas justaposições produzirá, nas formações sócio-espaciais, efeitos específicos, que variam no espaço e contribuem para promover e ampliar as diversidades geográficas, pois tais processos materializam-se de maneira distinta e seletiva, assim como sofrem ajustes, em maior ou menor grau, no contato com a própria formação socioespacial, resultando, portanto, numa organização diferenciada do espaço [...] (BESSA, 2007, p.61-62).

A essas combinações supracitadas, inclui-se um entendimento com base nas ideias de André Cholley (1964a; 1964b), que fala nas “combinações geográficas”, ou seja, que o entendimento de toda realidade é formada por combinações de elementos de origens físicas, biológicas e humanas, o que se soma a proposta das múltiplas determinações de Karl Marx (1987), e que, todavia, vem se somar junto à perspectiva teórica para o estudo de uma dada rede urbana.

A rede urbana é estruturada a partir da união de centros urbanos articulados entre si. Para se desvelar uma dada rede urbana, a análise de sua gênese e dinâmica se torna imprescindível e, deve ser buscada em seu processo histórico, atribuindo a rede uma natureza social, tornando-a uma dimensão sócio-espacial, que reflete e condiciona a

sociedade que a produziu. Assim, a rede urbana seria “[...] um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através de interações sociais espacializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução” (CORRÊA, 1997, p.93).

O presente artigo foi dividido em quatro partes, na primeira discute-se a ocupação do território paranaense e a formação de sua rede urbana, na segunda analisam-se as tendências demográficas do Paraná, na terceira pondera-se a evolução hierárquica dos centros urbanos e na quarta parte avalia-se dados econômicos atuais das principais centralidades da rede.

A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE E A FORMAÇÃO DE SUA REDE URBANA

A gênese de algumas cidades do Paraná ocorreu vinculada a uma formação sócio-espacial, que a cada “expansão” de currais de rebanho bovino, proporcionavam o nascimento de novas sedes municipais. Essa formação era caracterizada por uma vegetação natural, predominantemente de campos, na qual se desenvolveu uma classe de latifundiários pecuaristas. Dentre estas cidades, podemos citar Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Lapa, Guarapuava e Palmas, todas no século XIX. Importante esclarecer que, o Paraná conta com duas formações sócio-espaciais, uma tem seu alicerce na formação campestre, que se fundamenta no latifúndio e, a outra na pequena produção mercantil.

A periodização da ocupação territorial e a formação da rede de cidades paranaenses tiveram suas primeiras investidas na área litorânea, realizadas entre os séculos XV e XVI; na sequência a ocupação avança para os campos de Curitiba, conhecido como Paraná tradicional que, teve suas iniciativas no século XVII; no século XVIII a colonização avança para os Campos Gerais; no século XIX foram os campos de Palmas e de Guarapuava; entre o final do século XIX até meados de 1930 o Norte Velho/Pioneiro entrou na expansão da fronteira; depois se alastrou para o Norte Central/Novo entre os anos 1920 e 1940; na sequência o Norte Novíssimo/Noroeste nos anos 1940; e, a última frente de expansão paranaense se deu nos anos 1950/1960 nas terras do Sudoeste e Oeste. Desta forma, a rede urbana contemporânea, apregoa as

distintas formas e estratégias empregadas (nas duas formações sócio-espaciais) no momento da colonização e materialização do desenvolvimento do território paranaense.

Neste processo de ocupação do território paranaense desenvolveram-se o que alguns pesquisadores e a academia denominam de ciclos de exploração, sendo os principais, o ciclo da erva-mate, o ciclo da madeira e o ciclo do café.

A erva-mate é uma árvore originária das florestas subtropicais do Sul do Brasil, degustada como “chimarrão”. Esta iguaria se tornou produto de exportação, o que por sua vez, impulsionou sua industrialização e estabeleceu uma divisão do trabalho no interior da economia paranaense. “[...] À medida que o produto ia angariando clientes no mercado interno e depois externo, sua colheita, beneficiamento e transporte iam agregando contingentes cada vez maiores de pessoas ao processo produtivo”. Com o aprofundamento das relações capitalistas de produção se inserindo no processo, o mate, foi contribuindo para o aumento do trabalho assalariado, na adoção de novas técnicas, determinou o surgimento de empresas de suporte, proporcionando da mesma forma, uma embrionária urbanização “[...] e, finalmente, até mesmo na criação de uma burguesia industrial de origem paranaense” (Oliveira, 2001, p.26).

O ciclo do mate teve seu período áureo entre 1853 e a crise de 1929 “[...] chegando a representar 85% da economia paranaense” (CROCETTI, 2012, p. 93).

O crescimento desta burguesia, os focos de urbanização e a propagação de pequenas propriedades rurais, fizeram surgir, uma fase de grande crescimento demográfico. Entre 1820 e 1920 o Paraná passou de 127 mil para 686 mil habitantes, destacando ainda que, Curitiba teve um aumento em seu quadro demográfico de 13 mil para 79 mil habitantes.

Com a crise do mate, a partir dos anos 1930 o ciclo da madeira e a cafeicultura passam a se destacar como as principais atividades econômicas do Paraná. Nesse momento, as serrarias se tornaram corriqueiras na paisagem e, a indústria da madeira se converteu, ao lado do café, no principal produto de exportação e no maior ramo industrial.

Portanto, a atividade madeireira e, também a cafeicultura contribuíram para o crescimento e desenvolvimento paranaense. O café destacava-se, em nível nacional e internacional. Sua produção iniciou-se pelo Vale do Paraíba (RJ e SP), e foi gradativamente incorporando terras paulistas, sobretudo no interior do estado. Trintin

(2006) destaca que a cafeicultura paulista e paranaense se combinam, através de sua introdução no Norte pioneiro do Paraná.

[...] feita por migrantes em busca de novas terras para o cultivo do café, principalmente provenientes das regiões de Campinas, São Carlos e Ribeirão Claro, no interior paulista, e também migrantes provenientes do Nordeste e Minas Gerais. Esses grupos proporcionaram o surgimento de vários núcleos de ocupação, que se estenderam com muita rapidez, dando condições para a criação, ainda no século XIX, dos municípios de Tomazina (1865), Santo Antônio da Platina (1866), Venceslau Braz e São José da Boa Vista (1867) e Jacarezinho em 1900 (TRINTIN, 2006, p.42).

Portanto, o cultivo do café se adentrou no Paraná pela região do Norte pioneiro, como parte da expansão da área plantada que vinha de São Paulo. Neste período os sistemas técnicos, responsáveis por dotarem a região de uma capacidade de interações com outras localidades do estado eram escassos. Desta forma, São Paulo era responsável pelo escoamento e abastecimento da região. Apenas a partir de 1924 a região Norte paranaense iniciaria um processo de integração econômica com as demais regiões paranaenses. Neste ano, foram exportados pelo Porto de Paranaguá, aproximadamente 30 mil sacas de café, provenientes do Norte paranaense e, quando comparamos que apenas duzentas sacas teriam sido escoadas em 1920, percebemos a dinâmica alocada a partir de 1924 (OLIVEIRA, 2001).

Aqui é importante mencionar que, a agricultura paulista, como demonstra Cano (1998), vai periodicamente renovando/expulsando determinado cultivo para regiões vizinhas. Após 1929, com a necessidade de capitalização, o elevado preço do solo rural, dentre outros fatores, levaram a agricultura paulista a um rearranjo, onde a produção da cana de açúcar e do algodão ganha substancial destaque em relação ao cultivo do café. O que, todavia, fez do Norte paranaense uma região atrativa, onde somados aos quesitos apresentados, ganha relevância os incentivos federais proporcionados ao cultivo do café fora de São Paulo.

Essa proeminência do Norte paranaense amplia-se com a ocupação do Norte Novo, realizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Esta adquiriu 515.017 alqueires do PR entre 1925 e 1927, em área localizada entre os rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema, para lotear em pequenas propriedades e criar uma rede de cidades (ARIAS NETO, 1998).

Nesse empreendimento tudo foi planejado. Os lotes obedeceram a uma determinação, encontravam-se traçados no sentido dos espigões com as estradas e nos fundos de vales pelos rios. A estrutura fundiária foi estabelecida em pequenas propriedades. Em relação à rede de cidades, criaram-se núcleos urbanos regionais distantes aproximadamente 100 km uns dos outros; centros abastecedores fundados com distância média oscilando entre 10 e 20 km, visando à formação de uma rede de cidades integradas ao sistema de comunicação em geral, dada por estradas e ferrovias (ZÓRTEA, 1975; JOFFILY, 1985; ARIAS NETO, 1998, FRESCA, 2000). Nesta região surgem cidades dinâmicas como, Londrina (1934), Rolândia (1943), Apucarana (1944), Arapongas (1947), Cambé (1947), Maringá (1951) dentre outras.

Entre 1930 e o final da Segunda Grande Guerra, a demanda internacional por café encontrava-se reprimida e, devido às safras nacionais recordes, os preços internacionais recuaram gerando dificuldades. Em meados dos anos 1940 a 1965, ocorre a retomada da demanda internacional e com ela se elevam os preços do café, que somada a uma expansão do setor secundário e terciário, geraram condições para o estabelecimento de uma etapa, nomeada de “anos dourados” para o Norte paranaense, transformando-o no principal centro econômico do estado, além de concentrar o maior contingente demográfico até a década de 1960.

Destacando ainda que, no período do auge cafeeiro Norte paranaense, a fronteira agrícola atinge a região Sudoeste e Oeste do Paraná, como expansão da colonização do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A migração para novas áreas foi condicionada, ao desmembramento das propriedades por questões de herança, ou seja, terras estas que se tornaram pequenas para a sobrevivência de muitos, os quais vendo a possibilidade de terras baratas e ajuda do governo migraram para a área de expansão paranaense. Lembrando que, o Sudoeste paranaense detinha o relevo e o clima similares às terras de origem destes migrantes, principalmente a mesorregião Noroeste Rio-Grandense e Oeste Catarinense, e ali, reproduziram seus modos de vida, produzindo alimentos, suínos e aves, inicialmente para subsistência, ampliando *pari passu* a distribuição destes para mercados regionais.

Entre os anos 1930 e 1960 o efeito sobre as estruturas demográficas e econômicas paranaenses foi enorme. O Estado foi receptor de um considerável fluxo migratório em busca de terras ociosas para serem ocupadas. Assim, a população

paranaense chegou perto de dobrar seu tamanho entre 1940 e 1950, saindo de 1.236.276 habitantes para somar 2.115.547. Entre 1950 e 1960, a população dobra para 4.258.239. Em 1970, o Estado totalizou 6.929.868 habitantes (IBGE, 1940, 1950, 1960 e 1970). Esse ritmo de crescimento provém do processo de ocupação, das áreas de formação sócio-espaciais baseadas em pequenas propriedades mercantis, especialmente do Norte, Sudoeste e Oeste do Estado. Apenas nas áreas da CTNP se fixaram aproximadamente 100 mil famílias no início dos anos 1950 (OLIVEIRA, 2001).

O quadro de uma economia paranaense pouco articulada com outras regiões do país passa a ser alterado com a entrada do café no Norte do Estado, especialmente no pós-Segunda Grande Guerra. No aprofundar das políticas de integração nacional e formação do mercado consumidor, o Paraná se insere economicamente, como produtor agrícola, sobretudo de café, sem esquecer-se do cultivo de algodão, arroz, feijão e milho etc., somando ainda, as culturas “modernas” como a soja inserida durante os anos 1960. A partir dos dados do IBGE, se observa o desempenho das principais culturas no Estado e região Norte, conforme quadro 1.

Quadro 1. Desempenho das principais culturas no Estado e Norte paranaense entre 1950 – 1970 (ton.).

Anos	Algodão	Arroz	Feijão	Milho	Café	Soja
Paraná						
1950	18.695	95.880	169.731	936.705	303.015	-
1960	112.903	171.382	221.688	1.474.493	1.635.122	722.824
1970	397.063	375.603	457.096	3.426.389	116.900	1.686.252
Norte paranaense						
1950	16.761	78.654	115.133	460.120	264.794	-
1960	96.907	119.220	99.268	473.872	1.568.334	142
1970	385.264	246.314	263.435	1.449.921	112.924	201.736

Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970)

Pode-se verificar que ocorreu uma expansão gradativa dos cultivares apresentados, sendo que, a única exceção foi o café, que interrompe seu crescimento, pois nos anos 1960 os incentivos a produção cafeeira deixam de existir, além disso, entra em vigor uma política de erradicação dos cafezais. Constata-se ainda, que a introdução da soja se deu a partir dos anos 1960, agregada a uma política de crédito para culturas “ditas modernas”, dando assim, a ampliação do capitalismo na agricultura paranaense, empregadora de maquinários e técnicas modernas de produção e, ao mesmo

tempo, liberadora de grande contingente de mão-de-obra para as cidades. A soja ganha força já nos anos 1970 como substituta da cultura do café.

Em relação à industrialização, o processo iniciou-se ligado aos ciclos do mate e da madeira. Entre 1890 e 1930 várias indústrias de pequeno porte foram se formando, sempre buscando atender às necessidades da concentração urbana e dos desdobramentos destes ciclos, destacam-se as produtoras de fósforos, alimentos, móveis, artigos em couro, perfumaria, carroças, metalurgia, embalagens, ferramentas, materiais de construção etc.

A partir de 1950 o Paraná se industrializa pela proximidade com São Paulo, absorvendo alguns de seus artigos pela migração de certas produções, sobretudo as vinculadas à agroindústria (alimentos, bebidas, óleos vegetais). “[...] Ao ter assimilado importante papel de ‘celeiro’ nacional, o Paraná, graças à sua proximidade e rentabilidade, além de mão de obra disponível conseguiu absorver essa função na divisão regional do trabalho” (FUNARI, 2008, p.26).

Desta forma, o Paraná começa a aprofundar sua integração produtiva interna e com mercados nacionais e internacionais. Inicialmente, a agricultura dinâmica da região Norte, avança *pari passu* em direção ao Oeste, ou seja, área de formação sócio-espacial baseada na pequena produção mercantil e, que foram responsáveis por fazer florescer o agronegócio no Estado.

Assim, o Paraná já havia se desenvolvido, pois além das condições favoráveis para a industrialização no cenário nacional, o Estado recebeu uma série de investimentos no início da década, que mesmo, após o “milagre econômico”³ continuaram elevados no decorrer do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Vasconcelos e Castro (1999) apresentam três razões internas que permitem entender o dinamismo da indústria paranaense nos anos 1970,

- a) a oferta de uma infraestrutura básica para a recepção de indústrias, como rede rodoviária moderna, ferrovias, porto marítimo e energia elétrica;
- b) a existência de mecanismos institucionais de apoio à indústria, centrados no Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP) e em uma série de outros órgãos públicos voltados à atração de indústrias; rede ampla de incentivos e subsídios municipais, estaduais e federais;

³ O período conhecido como Milagre Econômico Brasileiro ocorreu entre 1968 e 1973. Neste período o crescimento do PIB nacional passou de 9,8% a.a. em 1968 para 14% a.a. em 1973.

c) a agricultura dinâmica e modernizante presente no estado, que permite a instalação de setores agroindustriais (VASCONCELOS; CASTRO, 1999, p.10).

Estes três quesitos facilitam o entendimento de uma etapa vivida de forte dinamismo econômico. Os investimentos alocados, sobretudo na agricultura e agroindústria, permitiram a tais setores uma considerável modernização. O que por sua vez, resultou na inserção de culturas altamente mecanizadas, a exemplo da Soja, além de uma diversificação na dinâmica da base produtiva, com produção leiteira, produção de carnes de aves, produção de farelo e óleo de soja, etc., constituindo assim, uma importante indústria produtora de alimentos. Destacando que tal feito só foi possível, graças às três razões supracitadas, somadas aos investimentos do capital internacional e local, especialmente mediante cooperativas.

Aqui é importante esclarecer que, a inserção da cultura da Soja (substituindo o café), teve efeitos preponderantes sobre o processo de urbanização e industrialização paranaense. A Soja, desde o plantio a colheita é intensivamente mecanizada, o que, todavia, levou a exoneração de grande contingente de trabalhadores rurais. Até mesmo entre aqueles que eram pequenos e médios proprietários rurais, as dificuldades enfrentadas foram significativas, para sustentarem o *status* de proprietários, sobretudo se não obtivessem sucesso em administrar a transição das culturas tradicionais para a nova celebridade agrícola. Uma vez que, “[...] tanto pela escala da produção quanto pelas dificuldades de acesso aos financiamentos, a adoção do plantio do soja só podia ser uma realidade para uma minoria de plantadores. O resultado foi a expansão do número de desempregados na área rural [...]”. População que se dirigiu para a nova fronteira agrícola nacional (Centro-Oeste), ou para as cidades paranaenses ou de outros estados, engrossando em sua maioria o contingente das favelas. Em consequência, a população urbana enfim suplanta a rural no decorrer dos anos 1970-1980, além disso, a população total teve o menor ritmo de crescimento das últimas três décadas, “[...] graças às migrações para as novas fronteiras agrícolas. Com efeito, não se registrou crescimento significativo depois de décadas seguidas de expansão” (OLIVEIRA, 2001, p.37).

Além do efeito urbanizador, a cultura da soja, trouxe atributos para a industrialização, sobretudo, na produção de derivados da soja (para o mercado externo), como o farelo e o óleo.

A modernização trouxe reestruturação no campo, tendo efeitos diretos sobre o trabalho, a organização da produção, a estrutura fundiária, etc. A ampliação do uso de maquinários e insumos industriais no campo paranaense, foi reflexo desta modernização. Como exemplo, temos a evolução do número de tratores e colheitadeiras, observe o quadro 2, a seguir:

Quadro 2. Evolução do número de Tratores e Colheitadeiras no Paraná (1960-1980).

Anos	Tratores	Colheitadeiras
1960	5.181	986
1970	18.619	2.509
1980	79.377	14.730

Fonte: IPARDES (1982, p.56)

Entre 1970 e 1980 o número de tratores aumentou 4,26 vezes, as colheitadeiras ampliaram-se, em aproximadamente 6 vezes, o que demonstra substancial tecnificação do território. Aqui, somamos também a importação de fertilizantes (essenciais à produção agrícola moderna), que se multiplica, por aproximadamente onze vezes, nesse mesmo período (quadro 3).

A instalação desse setor industrial no país, responsável pela produção de máquinas e equipamentos agrícolas (foi responsável a partir da década de 1960, pela fase da industrialização de bens e equipamentos pesados, que contemplou a etapa da industrialização em bases modernas), recebeu intenso apoio do governo federal via políticas públicas. Formando assim, grupos responsáveis pela produção de “[...] tratores, equipamentos, petroquímica, rações, sementes, inseticidas e fertilizantes, além da expansão dos frigoríficos [...]”. Destacando que, “[...] os setores industriais de máquinas e insumos agrícolas, as culturas modernas, os incentivos fiscais e o crédito rural estavam todos articulados” (FUNARI, 2008, p.48).

Quadro 3. Importações paranaenses de fertilizantes (1972-1980).

Anos	Total	Índice
1972	52.534	100
1973	42.739	74
1974	140.569	244
1975	164.771	286
1976	226.890	394
1977	358.456	623
1978	412.678	717
1979	437.951	761

1980	568.611	988
------	---------	-----

Fonte: FLEICHFRESSER (1979) *apud* FURINI (2008, p.48)

Interessante também, verificar os dados da variação da área plantada dos principais produtos agrícolas no Estado entre 1970-1980 (quadro 4), pois assim, observar-se-ia o quanto essa modernização impactou a mudança da pauta agrícola.

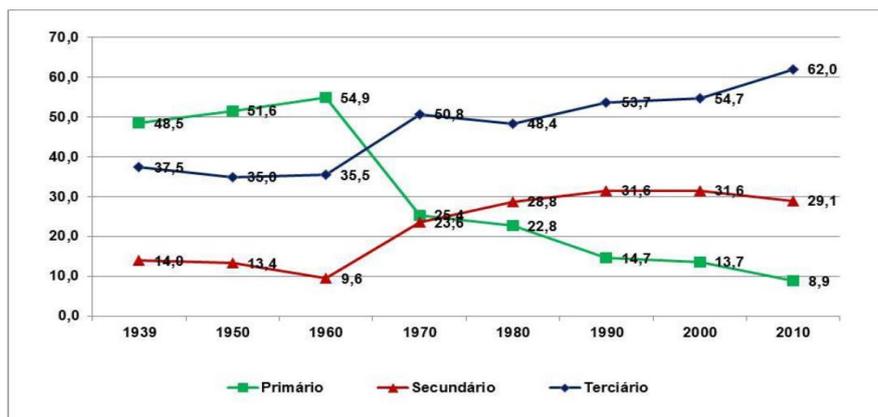
Quadro 4. Variação absoluta e relativa na área plantada dos principais produtos no Paraná (1970/1980).

Principais Produtos	Varição Abs.	Varição relativa %
Algodão	-111.413	-24,9
Arroz	-62.191	-13,4
Café	-148.400	-14,2
Cana de Açúcar	23.222	63,2
Feijão	24.849	3,2
Milho	283.691	15,0
Soja	2.115.789	695,5
Trigo	1.312.402	456,3

Fonte: SEAB/DERAL *apud* FURINI (2008, p.49)

É notável o forte acréscimo da área plantada da soja e do trigo. Nossa insistência em abordar essa temática, se justifica, pois a soja representou o principal vetor da modernização agrícola no Estado, responsável como vimos pelo aumento da população urbana e por estimular setores industriais. No decorrer da década de 1970, especialmente em seus últimos anos e início dos 1980, a indústria superou a agricultura em participação no PIB estadual. Importante, destacar que, a maioria das indústrias vinculava-se a economia agrícola. Em 1975, é criada a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), onde o governo municipal e estadual conferiram benefícios para receber indústrias e gerar emprego e renda e foi a partir deste momento que, o setor secundário deu saltos qualitativos, na evolução do PIB Estadual, conforme a figura 1.

Figura 1. PIB dos setores da economia paranaense.



Fonte: IBGE (1939, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010)

Portanto, o Paraná moderno começa a ser gestado nos anos 1970, a partir de determinações econômicas e políticas que influenciaram de maneiras distintas seu espaço e sociedade. A industrialização deflagrada no Paraná (destaque para a CIC e REPAR⁴), a partir dos investimentos públicos, moderados pela concessão de benefícios físicos, fiscais e financeiros, teve “[...] um papel de enorme importância tanto no crescimento do parque industrial do Paraná quanto na determinação de sua concentração no entorno de Curitiba” (TRINTIN, 2001, p.99). Logo, esse processo contribuiu para a mudança de comando do poder econômico, antes afirmado pelo Norte paranaense e pós 1970 conduzido por Curitiba e sua região metropolitana.

A concessão de benefícios promovida pela CIC estimulou uma série de investimentos, destacando-se a introdução de empresas, como,

Siemens (equipamentos e aparelhos de telecomunicações), New Holland (máquinas agrícolas), Philip Morris (cigarros), White Martins, Furukawa Industrial (cabos telefônicos e acessórios), Robert Bosch (peças e equipamentos para diesel), Giben do Brasil (máquinas para corte de alta precisão), Bernard Krone do Brasil (reboques e semi reboques rodoviários) e Volvo (caminhões e ônibus), para citar algumas dentre as de capital internacional que de fato se implantaram (FIRKOWSKI, 2001, p.36).

Ampliando a discussão, o estudo do IPARDES (1982) apresenta alguns dados que demonstram que, a produção de gêneros tradicionais, vão terminantemente perdendo importância relativa, mesmo apresentando crescimento, sobretudo o setor madeireiro, que de uma participação no valor adicionado de 22,5% em 1970, desaba

⁴ Refinaria Presidente Getúlio Vargas ou Refinaria do Paraná (REPAR), localizada em Araucária, inaugurada em 1976.

para 14,56% em 1979; o setor de alimentos que somava 23,67% da participação do valor adicionado da produção em 1970 cairia para os meros 17,03% em 1979. Sendo a indústria química, relativamente, a principal responsável por tamanha modificação, pois passou de 7,73% em 1970 para 30,21% em 1979. A explicação se condiciona na presença da REPAR, que em 1979 gerou 18,9% do valor adicionado industrial do Estado. Os ramos da mecânica, transportes, elétrico e de comunicações, apresentaram leve ascensão, saindo de 5,58% em 1970 para 6,49% em 1979.

Mesmo com todos os incentivos promovidos pela CIC, Fresca (2004), assinala que,

[...] não houve o desaparecimento das micro e pequenas empresas de capital local, mormente concentradas nos ramos da chamada indústria tradicional, com base numa produção e consumo local/regional. Significou sim a perda relativa da importância comparada às grandes plantas industriais dos ramos dinâmicos. Nesse período teve início a conformação do setor industrial confeccionista em Cianorte, apoiado grandemente nas micro e pequenas empresas; principiou-se a conformação do parque moveleiro em Arapongas; expandiu-se a produção de café solúvel; iniciou-se o setor confeccionista de bonés em Apucarana, dentre outros exemplos de ação e força do capital regional (FRESCA, 2004, p.206).

A autora supracitada demonstra com conhecimento de causa que, mesmo com toda farra de investimentos e benefícios para trazer companhias para a CIC, as áreas de pequena produção mercantil, continuaram esboçando o poder do empresariado de capital local/regional.

Aqui é importante esclarecer que todo o desencadeamento do processo de ocupação e a conquista de uma dinâmica urbano-industrial fez de algumas cidades a partir de suas gêneses, localidades escolhidas para receber uma maior quantidade de investimentos e transformarem-se nas principais centralidades das mais variadas regiões (mesorregiões) paranaenses. Estas receberam desde seus princípios apoios governamentais e algumas das companhias de colonização, a exemplo de Londrina e Maringá que nasceram para comandarem o Norte do Estado, foram planejadas desde o início para esta configuração, eram responsáveis pela coleta e expedição da produção rural, com destaque para o café que em seus tempos áureos, trouxe muitos investimentos e fez circular uma grande soma de recursos nesta região, fazendo surgir pelas mãos do Estado uma ampliada alocação de infraestrutura urbana e regional e,

através do empresariado, fez florescer, silos, armazéns, hotéis, comércio em geral, indústrias, bancos, etc. Outras regiões do Estado também foram contempladas com suas “cidades privilegiadas” pelo poder público, entre estas podemos citar Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu na região Oeste, Francisco Beltrão e Pato Branco no Sudoeste, sem esquecer as cidades que lentamente se tornaram dinâmicas, pois faziam parte de formações sócio-espaciais baseadas em áreas de campos, ou seja, em grandes propriedades criadoras de gado, como Ponta Grossa e Guarapuava, estas duas continuam com grande representatividade no Estado, já Palmas e Clevelândia, também cidades fundadas em áreas de campos, tiveram seus tempos de glória e atualmente passam por retrocesso, fato que pode ser entendido por sua formação sócio-espacial, onde a elite rural absenteeista não conseguiu atingir a dinâmica própria da pequena produção mercantil em fazer novos investimentos e reinversões de seus capitais.

Assim, o processo de ocupação do território paranaense fez surgir uma dinâmica rede urbana, gerando algumas cidades prósperas (regiões-polo) que, emergiram economicamente e continuam ocupando níveis hierárquicos elevados, portanto prosseguem a comandar suas regiões e são áreas de influência direta de Curitiba que, faz a gestão territorial. Processo determinado durante a ocupação e, a partir de 1970, com a consolidação do Paraná urbano, inicia-se um processo de pensar/planejar o futuro, almejando um novo modelo territorial do Estado. Assim, o governo, por meio de pesquisadores do IPARDES, lançam duas publicações, “A Política de desenvolvimento urbano do Estado do Paraná (PDU)” (PARANÁ, 1973) e o “Projeto de regionalização administrativa” (IPARDES, 1976), nestes, apresentam um modelo de equilíbrio econômico-social entre os municípios no processo de ocupação do território.

Como resultado, do “projeto de regionalização administrativa”, foi estabelecido cinco regiões e 14 sub-regiões. Contendo as seguintes sedes municipais: 1) Região de Curitiba, formada por 46 cidades; 2) Região de Ponta Grossa, formada por 24 centros; 3) Região de Londrina, constituída por 80 centros; 4) Região de Maringá, formada por 94 cidades e; 5) Região de Cascavel, constituída por 46 cidades.

Já no PDU foram estudadas as 288 cidades, sendo destacadas no diagnóstico e nas proposições as 41 cidades com mais de 10.000 habitantes que representavam 66,8% da população urbana do Estado. Como resultado o PDU propôs três alternativas para o Desenvolvimento Urbano, buscando assegurar um equilíbrio no processo de

estruturação da rede urbana, assim as propostas denominaram-se: Sistema Polinuclear, Biaxial e Tripolar.

O sistema polinuclear⁵ (bastante parecido com as regiões estabelecidas no “projeto de regionalização administrativa”) buscou ampliar a dinâmica das sedes municipais que demonstrassem ter centralidade regional expressiva.

O sistema Biaxial enfatizava dois eixos principais, que concentram uma adequada infraestrutura urbana e, congregam as principais sedes municipais do Estado. Esse sistema reforça a função da capital. A atividade urbana, deste sistema biaxial formaria uma interação espacial a partir da centralidade de Curitiba, constituída também por Paranaguá e a Ponta Grossa⁶, em direção as cidades de Londrina e Maringá. O outro eixo deste sistema se estenderia e em direção aos centros de Cascavel e Toledo. Essa proposta formaria um modelo linear (uma rede contínua) de desenvolvimento urbano.

Já o sistema Tripolar tinha como prioridade reforçar três polos de grande dinamismo. O primeiro polo seria constituído pelo conjunto de Curitiba e Ponta Grossa; o segundo seria formado por Maringá e Londrina e o terceiro seria o eixo Cascavel-Toledo-Guaíra. Estes três polos eram responsáveis a dar suporte ao desenvolvimento de suas regiões (IPARDES, 1983).

Portanto, desde a década de 1970, o Governo realiza propostas para o desenvolvimento do que denominou de espaços relevantes. Destacando que, outras regiões (e suas respectivas cidades) seguem polarizadas por estas centralidades de níveis hierárquicos superiores, que vão incorporando gradativamente infraestruturas e investimentos, contemplando as condições necessárias para o atendimento à população da centralidade e de sua área de influência.

TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS DO PARANÁ

A tendência da dinâmica demográfica paranaense se orienta para a concentração populacional nas centralidades, indicadas pelo PDU (PARANÁ, 1973), estas, como já demonstradas além de, concentrar a população, somam os maiores aportes em

⁵ Esse sistema estabeleceu os seguintes polos: “Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Apucarana, Maringá, Paranaíba, Irati, União da Vitória, Guarapuava, Pato Branco, Cascavel, Umuarama, Campo Mourão, Cornélio Procopio e Jacarezinho” (IPARDES, 1983, p.129).

⁶ Em relação ao desenvolvimento industrial, a proposta destacava o eixo Curitiba-Ponta Grossa-Paranaguá nomeado no sistema Biaxial. E, apontava Ponta Grossa como área alternativa à Região Metropolitana de Curitiba, para incorporar investimentos industriais.

infraestrutura, bens e serviços que dão suporte à estruturação do Paraná urbano-industrial.

Sinônimo de fronteira agrícola, entre 1950 e 1970 a população do Estado mais que triplicou, anotando taxas de crescimento, de aproximadamente 5% a.a. A população total passou de 2,1 milhões para 7,0 milhões de habitantes, majoritariamente rurais. A partir de então sofre um arrefecimento e passa a contar com taxas de crescimento de apenas 1% a.a. Após os anos 1970 a transição do Paraná rural para o urbano foi intensa e gradual, mantendo uma elevação acentuada do grau de urbanização, passando de 36% em 1970 para 85% em 2010, como se observa no quadro 5.

Quadro 5. Dinâmica Demográfica do Paraná – 1940 – 2010.

Ano	População Urbana	População Rural	Grau de Urbanização	Total
1940	302.272	934.004	24%	1.236.276
1950	528.288	1.587.259	26%	2.115.547
1960	1.305.927	2.962.312	28%	4.268.239
1970	2.504.378	4.425.490	36%	6.929.868
1980	4.472.561	3.156.881	58%	7.629.392
1991	6.197.953	2.250.070	78%	8.448.713
2000	7.786.084	1.777.374	81%	9.563.458
2010	8.912.692	1.531.834	85%	10.444.526

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

Como este artigo já informou, o aumento populacional no Estado teve suas razões vinculadas ao processo de expansão da fronteira agrícola e das estratégias bem sucedidas das companhias de colonização. Além do fluxo campo-cidade principiado a partir dos anos 1960, e aqui um destaque, deve ser dado à crise do café, sobretudo a “geada negra” de 1975, que provocou a intensificação do processo de modernização agrícola do Estado, sendo uma das principais responsáveis pela transição para culturas modernas, o que desencadeou por sua vez, um acelerado processo de reestruturação na distribuição populacional no território.

A partir de então, ocorre um esvaziamento de amplas áreas rurais em direção a centros urbanos emergentes, com destaque para a capital do Estado, Londrina e Maringá. Além deste tipo de fluxo demográfico, ocorre também um fluxo no sentido

das novas fronteiras agrícolas nacionais, que faz o Paraná recuar sua participação no total da população brasileira, declinando de 7,33% em 1970 para 5,48% em 2010.

Eram 80 centros urbanos presentes no Paraná em 1950 que, de uma década para outra duplicaram seu número, atingindo 162 cidades em 1960. Já em 1970, as cidades se ampliam para 288 centros urbanos, representando 36% da população. Em 1980, o Estado adiciona apenas duas cidades, somando 290 no total e, o processo de urbanização atinge 58%, ou seja, foi no decorrer dos anos 1970-1980 que o urbano começa a se destacar no Paraná. No Censo de 1991, volta a ampliar consideravelmente o número de cidades, passando a 323 centros urbanos que aglomeravam 78% da população. Essa ampliação persistiu durante a década 1990 e, é nesta década que se consolida no Paraná o modelo urbano-industrial (IPARDES, 2005), o Estado alcançou a soma de 399 cidades no Censo de 2000, as quais abrigavam 81% da população total, atingindo 85% em 2010 (IBGE, 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

A concentração demográfica foi direcionada para determinadas centralidades, que elevaram sua participação no total da população estadual. Como é o caso de Curitiba, que em 1970, somava 8,8% do total da população paranaense e, em 2010, praticamente duplicava sua participação, alcançando os 16,77%. Ao lado de Curitiba, Londrina e Maringá, representariam os três maiores municípios do Estado, sendo que, as duas últimas também aumentaram a margem de participação, totalizando em 2010, 4,85% e 3,42%, respectivamente. No quadro 6, verifica-se que estes três polos, concentram 25% da população do Estado em 2010.

No quadro 6, verifica-se que a população do Estado foi diminuindo sua participação em relação à população nacional. Constatase também, que as três principais centralidades do Estado ampliam consideravelmente suas participações na população total, saindo de 13,83% em 1970 para 25,04% em 2010. Esse poder concentrador levou as demais municipalidades a perderem participação, que era de 86,17% em 1970, e em 2010 declinou para 74,96%.

Se forem incluídos na análise os municípios com população total superior a 250 mil habitantes, contabilizar-se-á sete sedes municipais (IBGE, 2010) (os três maiores mencionados na tabela acima), mais Ponta Grossa (311.611), Cascavel (286.205), São José dos Pinhais (264.210) e Foz do Iguaçu (256.088) que, juntos totalizariam 3.733.799 habitantes, o que representaria 35,75% de participação da população

paranaense. Os demais municípios somariam um total de 6.710.727 habitantes e 64,25% de participação. Assim, ao se analisar os sete maiores municípios, verifica-se que o poder concentrador se amplia, para $\frac{1}{3}$ da população do Estado.

Quadro 6. Brasil, Paraná e municípios mais populosos: população residente e participação.

Localidade	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	94.508.583	121.150.573	146.825.475	169.799.170	190.755.799
Paraná	6.929.868	7.629.392	8.448.713	9.563.458	10.444.526
Curitiba	609.026	1.024.975	1.315.035	1.587.315	1.751.907
Londrina	228.101	301.711	390.100	447.065	506.701
Maringá	121.374	168.239	240.292	288.653	357.077
Total 3 maiores munic.	958.501	1.494.925	1.945.427	2.323.033	2.615.685
Demais munic. - PR	5.971.367	6.134.467	6.503.286	7.240.425	7.828.841
Participação (%)					
Paraná/Brasil	7,33	6,30	5,75	5,63	5,48
Curitiba/Paraná	8,79	13,43	15,56	16,60	16,77
Londrina/Paraná	3,29	3,95	4,62	4,67	4,85
Maringá/Paraná	1,75	2,21	2,84	3,02	3,42
Total 3 maiores munic.	13,83	19,59	23,03	24,29	25,04
Demais munic. - PR	86,17	80,41	76,97	75,71	74,96

Fonte: IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

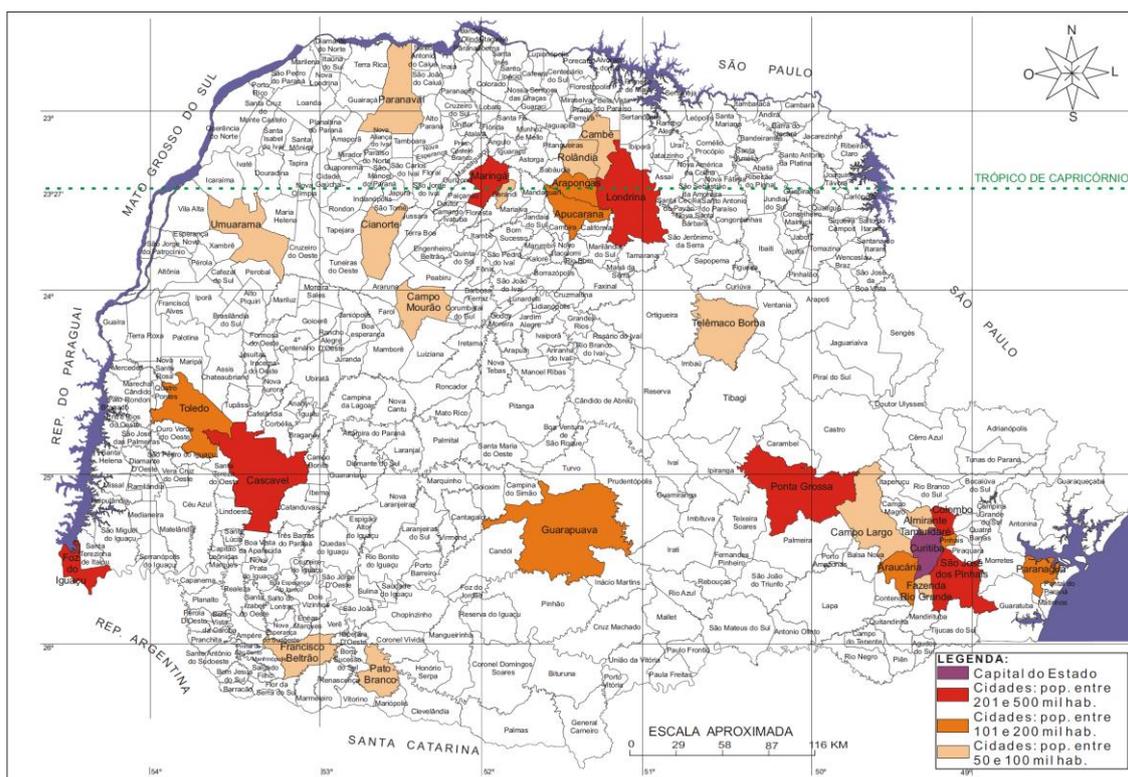
Org.: Os autores (2016)

Esse processo de urbanização foi linear, ou seja, envolveu todos os municípios, além de ser, extremamente concentrador. Como sugerem o IPARDES (2005, 2006a, 2006b) e Moura (2009), esse processo definiu três principais espacialidades no cenário paranaense. Estas articulam-se a partir de arranjos complexos, como o arranjo urbano-regional de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá, e a partir de arranjos singulares que somam centros polarizados por Maringá e Londrina (Norte Central) e centros polarizados por Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu (Oeste). Essas três espacialidades, não esquivam em nada da proposta apresentada pelo PDU (PARANÁ, 1973), ou seja, as

alternativas para o desenvolvimento urbano nos anos 1970 foram efetivadas e continuam sendo observadas pelo governo como as espacialidades relevantes.

A figura 2 destaca as cidades com população (urbana) entre 50 e 100 mil habitantes, entre 101 e 200 mil habitantes e entre 201 e 500 mil habitantes.

Figura 2. Cidades com população urbana acima de 50 mil habitantes.



Fonte: IBGE (2000; 2010)

Org.: CASARIL, C.C. (2016)

Na figura 2, verifica-se que além das três principais espacialidades do Estado, outras centralidades regionais possuem grande representatividade e constituíram-se nos principais elos da atual rede urbana regional. Destacando aqui, os centros com população entre 50 e 100 mil habitantes⁷ que somam 13 cidades, a exemplo de Francisco Beltrão e Pato Branco que comandam a mesorregião Sudoeste paranaense.

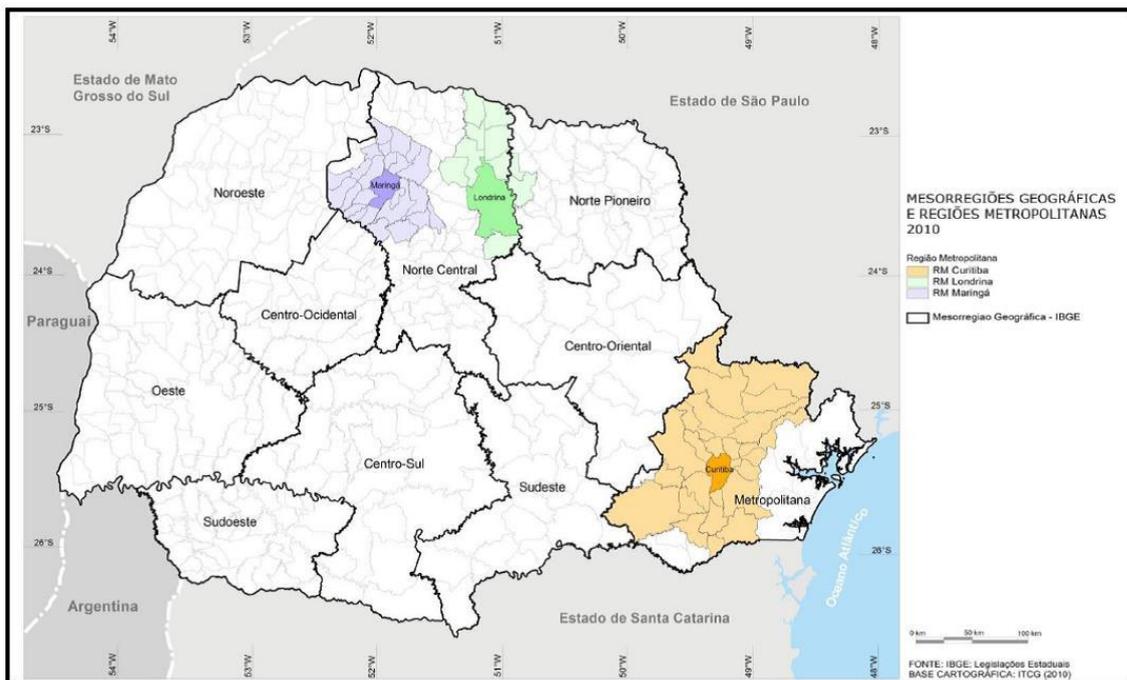
A partir dos anos 1980, quando o Estado apresentou maior concentração de habitantes residindo em cidades, os centros urbanos com população no intervalo dos 50

⁷ Essas centralidades “[...] mantêm a capacidade de reter sua população e muitos deles permanecem no mapa das principais centralidades do Estado ao longo de décadas, pela relevância de seu papel como centros de oferta de serviços de funções de maior complexidade” (IPARDES, 2010, p.35).

a 500 mil habitantes passaram a desempenhar importante função para o desenvolvimento urbano-regional e econômico-social de suas áreas de influência, demarcando os caminhos da rede urbana no Estado. “As dinâmicas territoriais que operam na produção desses espaços de concentração resultam das lógicas do capital em sua busca de condições vantajosas para reprodução e acumulação, favorecidas pela atuação do estado a partir da formulação de políticas e da adoção de estratégias de desenvolvimento [...]” (MOURA et. al., 2011, p.312).

Importante sublinhar que, o Estado para fins de planejamento, considera sua divisão em mesorregiões, formuladas pelo IBGE (1989). Adicionando a estas, três regiões metropolitanas, a de Curitiba proposta em 1973 e as editadas pelo governo estadual nos anos 1990, as regiões metropolitanas de Londrina e de Maringá. O Estado foi dividido em 10 mesorregiões geográficas, a saber, Noroeste Paranaense, Centro-Ocidental, Norte Central onde se inserem as RMs de Maringá e de Londrina, Norte Pioneiro, Centro-Oriental, Oeste, Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste e Metropolitana de Curitiba (figura 3).

Figura 3. Estado do Paraná, Mesorregiões e Regiões Metropolitanas.



Fonte: IPARDES (2011); MOURA (2011)

Anteriormente, verificou-se o poder de concentração populacional exercido pelos três e sete principais municípios, aqui, a fim de aprofundar a análise, apresenta-se o quadro 7, onde visualiza-se o total de habitantes e a participação exercida por cada mesorregião do Estado.

A partir de uma breve análise no quadro 7, constata-se que as mesorregiões: Metropolitana de Curitiba (33,45%), Norte Central (19,50%) e Oeste (11,68%), concentram acima de 64% dos habitantes do Estado. Estas três mesorregiões são as únicas a apresentarem os graus de urbanização acima do índice estadual. Já se forem somadas apenas as Regiões Metropolitanas instituídas no Estado (RM de Curitiba, RM de Londrina e RM de Maringá), verifica-se que aproximadamente 50% da população concentram-se neste espaço, ou seja, a população paranaense apresenta um substancial processo de metropolização.

Quadro 7. População total e participação das mesorregiões no Paraná (1991-2010)

Mesorregiões	1991	2000	2010	% Total pop. Paraná 2010	Grau de Urbanização
Noroeste	655.509	641.084	678.319	6,49	83,40
Centro-Ocidental	387.451	346.648	334.125	3,20	80,26
Norte Central	1.638.677	1.829.068	2.037.183	19,50	91,26
Norte Pioneiro	555.339	548.190	546.224	5,23	80,00

Centro Oriental	547.559	623.356	689.279	6,60	84,70
Oeste	1.016.481	1.138.582	1.219.558	11,68	85,61
Sudoeste	478.126	472.626	497.127	4,76	69,58
Centro Sul	501.428	533.317	544.190	5,21	67,08
Sudeste	348.617	377.274	404.779	3,88	58,58
Metropolitana de Curitiba	2.319.526	3.053.313	3.493.742	33,45	91,57
Paraná	8.448.713	9.563.458	10.444.526	100,00	85,33

Fonte: IBGE (1991; 2000; 2010)

A tendência demográfica apresenta um contínuo processo de concentração populacional e econômica em centralidades determinadas, que possuem maior capacidade para sediar segmentos econômicos modernos, gerar valor, estruturar os serviços, a infraestrutura econômica e social, os ativos tecnológicos, as unidades descentralizadas dos governos federal e estadual, consolidando-se como polos de atração produtivo e demográfico (IPARDES, 2005).

EVOLUÇÃO HIERÁRQUICA DOS CENTROS DA REDE URBANA DO PARANÁ

Para analisar o processo de evolução hierárquica das cidades da rede paranaense utilizam-se dois trabalhos basilares desenvolvidos sobre a temática, o próprio “Regiões de Influência das Cidades” (REGIC) de 2007 (IBGE, 2008), que traz um apanhado geral de todos os REGICs sobre esse processo de evolução hierárquica, menciona-se também a análise produzida pelo IPARDES, intitulada “Comentários sobre os resultados do REGIC 2007” (IPARDES, 2009).

As pesquisas realizadas (REGICs), mesmo com diferenças metodológicas, guardam comparabilidade entre as classes definidas em cada período. Permitindo assim, examinar o percurso da evolução da rede e da hierarquia das cidades paranaenses (quadro 8).

Quadro 8. Evolução da Hierarquia dos Centros da Rede Urbana do Paraná

REGIC 1966		REGIC 1978		REGIC 1993		REGIC 2007	
Denominação	N.	Denominação	N.	Denominação	N.	Denominação	N.
Centro Macrorregional	1	Metrópole Regional	1	Máximo	1	Metrópole	1

posiciona Ponta Grossa como Capital Regional C, tendo em posições superiores Londrina, Maringá e Cascavel (Capitais Regionais B). Pato Branco mantém-se como Capital Regional na pesquisa de 1978, porém no atual REGIC é classificado como Centro Sub-regional A, portanto, Pato Branco apresentou retrocesso em relação a sua posição de vanguarda como centro polarizador da rede paranaense.

Entre os níveis superiores, merece destaque Cascavel, que deu saltos qualitativos no decorrer das pesquisas. Na REGIC 1966, Cascavel classificava-se como Centro Sub-regional A, passando a Capital Regional, em 1978, já em 1993 (lembrando que este REGIC pesquisado em 1993, foi somente publicado em 2000) apresentava-se como nível Forte e na REGIC de 2007, incrivelmente, atinge a mesma posição das Áreas de Concentração Populacional (ACPs) de Londrina e Maringá “Capital Regional B”⁸. Ainda visualizando o Oeste do Estado, destaca-se, Toledo que eleva sua posição na última pesquisa e Foz do Iguaçu que manteve sua posição nas duas últimas pesquisas, ambas as centralidades apresentam o nível hierárquico de Centro Sub-regional A (4.º nível na escala do Estado do Paraná). Essa mesma hierarquia é mantida atualmente pelos centros de Francisco Beltrão (polarizada pela rede de Cascavel) e Pato Branco (polarizada por Curitiba) no Sudoeste do Estado.

Na mesorregião Norte Central, Londrina, aparecia como Centro Regional A (junto a Ponta Grossa) na pesquisa de 1966 (IBGE, 1972) (segundo nível de centralidade). Na segunda pesquisa REGIC de 1978 (IBGE, 1987) surge a categoria de Centro Submetropolitano, como segundo nível na hierarquia de centros do Brasil, categoria retirada nas pesquisas seguintes. Londrina sustentou esse nível hierárquico em um período onde a economia do Norte Central vivia seus anos dourados, destacando que, Londrina lograva a segunda posição entre os centros da Região Sul. Em 1993 (IBGE, 2000b), Londrina recua sua posição, equiparando-se a Maringá que nesta pesquisa subiu de nível hierárquico. O recuo de Londrina,

[...] associa-se à consolidação da indústria no espaço metropolitano, com a implantação da Refinaria da Petrobrás e a criação dos distritos industriais de Curitiba e Araucária, que impulsionaram a concentração da renda, a

⁸ Verificamos, portanto que Cascavel deu saltos qualitativos no último REGIC (IBGE, 2008) em comparação as pesquisas anteriores, uma possível explicação para este resultado, se deve, ao fato, de ser a primeira vez que a rede de Cascavel absorve toda rede de Francisco Beltrão, polariza parte de Campo Mourão e continua incorporando as redes de Foz do Iguaçu e Toledo. Mesmo assim, apesar de toda essa ampliação de seu poder polarizador, empiricamente não se consegue encontrar justificativas para colocar a rede de Cascavel no mesmo patamar da rede de Londrina.

diversificação produtiva e no âmbito do comércio e serviços, e a qualificação do espaço metropolitano, distanciando, nessa escala, cada vez mais a metrópole de Curitiba de Londrina e dos demais centros paranaenses (IPARDES, 2009, p. 21).

Maringá, na pesquisa de 1978 (IBGE, 1987), se apresentava ao lado de outros sete centros urbanos, como Capital Regional, sendo o único centro a elevar-se ao nível Muito Forte na pesquisa de 1993 (IBGE, 2000b). A cidade de Apucarana, como Centro Sub-regional A, na última pesquisa, conserva-se em classificações compatíveis durante todo o período. Dos sete centros, Cascavel e Ponta Grossa, classificam-se em 1993, como nível Forte, as demais centralidades se posicionam no nível imediatamente abaixo, Forte para Médio, todos estes se sustentam na pesquisa atual como Centros Sub-regionais A. Ponta Grossa se mantém na mesma posição, não conseguindo seguir a trajetória de Cascavel, possivelmente devido à força exercida a favor da metrópole. Também sob essa influência, mas de maneira oposta, aparece Paranaguá, que vinha se mantendo em posições finais na hierarquia, saltando atualmente, para o nível de Centro Sub-regional A. A importância desses centros reforça a centralidade da ACP Metropolitana de Curitiba e confirma o destaque urbano regional do Estado. Destacando que segundo a pesquisa REGIC 2007 (IBGE, 2008), a ACP de Curitiba e a ACP de Porto Alegre, dividem o comando a rede urbana da Região Sul (IPARDES, 2010).

A configuração da atual rede urbana paranaense apresentou poucas alterações em relação à função das cidades na rede. Rede que é marcada pela força exercida pelas centralidades de Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa, onde se alonga a principal área de concentração populacional e econômica do Estado, conforme se verifica na figura 4 (região de influência de Curitiba), que permite visualizar a distribuição desses principais centros e suas respectivas áreas de influência, além de outras centralidades de menor nível hierárquico, mas que, todavia, ajudam a compor o desenho da atual rede de cidades do Paraná. As principais centralidades mencionadas contribuem como foi pensado no PDU (PARANÁ, 1973) para assegurar um equilíbrio no processo de estruturação e desenvolvimento da rede urbana, corroborando assim, para que essas cidades mantenham um atendimento a população de suas regiões de influência, como educação, saúde, bens e serviços, visando arrefecer a intensidade dos fluxos demográficos a fim de suprir tais necessidades em Curitiba.

A seguir, apresenta-se uma análise da dinâmica econômica paranaense e de suas principais centralidades, realçando os dados do Produto Interno Bruto (PIB) dos anos 2000.

ANÁLISE DOS DADOS ECONÔMICOS ATUAIS DOS PRINCIPAIS CENTROS DA REDE

O Paraná vem se mantendo na sexta posição em relação à participação do PIB nacional. Considerando-se a distribuição setorial do PIB paranaense entre 2000 e 2010, verifica-se uma expressiva redução do peso da agropecuária de 4,8% no período de 2000 a 2010, uma redução também ocorre na participação do PIB industrial de 2,5%, porém uma redução tímida se compararmos as perdas da participação da agropecuária. Essas perdas favoreceram um crescimento de 7,3% na composição do PIB do setor terciário (quadro 9).

Quadro 9. Composição setorial do PIB Estadual (2000, 2005 e 2010)

Período	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços
2000	13,7	31,6	54,7
2005	8,4	30,2	61,4
2010	8,9	29,1	62,0

Fonte: IBGE - <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/>

Em relação à composição do PIB paranaense, o quadro 10, apresenta os municípios que possuem uma participação acima de 1% na composição Estadual.

Quadro 10. Municípios com participação maior que 1% no total do PIB do Paraná (2000/2005/2010)

Município	PIB 2000		PIB 2005		PIB 2010	
	Particip. (%)	Posição	Particip. (%)	Posição	Particip. (%)	Posição
Curitiba	23,71	1 ^a	23,55	1 ^a	24,44	1 ^a
Araucária	5,63	2 ^a	5,55	2 ^a	5,69	3 ^a
São José dos Pinhais	5,33	3 ^a	5,37	3 ^a	6,30	2 ^a
Londrina	5,31	4 ^a	4,91	4 ^a	4,57	4 ^a
Foz do Iguaçu	4,33	5 ^a	3,83	5 ^a	3,11	7 ^a
Maringá	3,84	6 ^a	3,63	6 ^a	3,80	5 ^a

Paranaguá	3,16	7 ^a	3,14	8 ^a	3,31	6 ^a
Ponta Grossa	2,83	8 ^a	3,15	7 ^a	2,73	8 ^a
Cascavel	2,23	9 ^a	2,30	9 ^a	2,39	9 ^a
Guarapuava	1,42	10 ^a	1,51	10 ^a	1,21	11 ^a
Pinhais	1,16	11 ^a	1,19	12 ^a	2,07	10 ^a
Toledo	1,09	12 ^a	1,23	11 ^a	1,13	12 ^a
Acumulado Part. > 1%	60,04		59,35		60,75	
Demais municípios	39,96		40,65		39,25	

Fonte: IBGE (2002, 2007, 2012).

Org.: CASARIL, C.C. (2014)

Nos períodos de 2000, 2005 e 2010, mantiveram-se os mesmos 12 municípios com participação superior a 1% do PIB total do Estado. Um destaque que nos chama atenção em 2010 é Arapongas que totaliza 0,99% e Colombo que atinge 0,98% de participação, os quais provavelmente atinjam nos próximos anos a participação acima de 1% do PIB paranaense.

Em 2000, estes municípios somavam 60,04% do PIB total, índice que recuou para 59,35% em 2005 e elevou-se para 60,75% em 2010, o que demonstra que não estão ocorrendo movimentos de desconcentração a partir das principais centralidades que incidem sobre o arranjo urbano-regional metropolitano de Curitiba e sobre Londrina, Maringá, Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, assim como Guarapuava. O IPARDES utiliza estes dados como justificativa para identificar o que denominou de espacialidades relevantes em “Os vários Paranás” (IPARDES, 2005, 2006a, 2006b), estas que, corresponderam exatamente as 12 municipalidades com participação no PIB Paraná acima de 1% e, como já mencionado, foram identificadas no PDU (PARANÁ, 1973).

Em relação à mesorregião Sudoeste paranaense, constatou-se que nenhum centro possui participação acima de 1% no PIB Estadual. Pato Branco é o município que conta com a maior participação no PIB do Paraná em relação aos outros municípios do Sudoeste, conquistando 0,58%, 0,70% e 0,69% de participação, respectivamente, para os anos 2000, 2005 e 2010. Francisco Beltrão vem na segunda colocação da mesorregião, com participação de 0,51, 0,55 e 0,60 respectivamente para os anos mencionados.

Ao ampliar a análise, constata-se que 50 municípios em 2000 possuíam participação superior a 0,25% do PIB total do Paraná, os quais totalizam 78,26% do total do PIB no período. Em 2010, 52 municípios tinham PIB superior a 0,25%, os quais concentram 78,47% do total do PIB paranaense. A partir destes dados verifica-se que em 2010, dos 399 municípios paranaenses, 347 repartem um total de 21,53% do PIB Estadual, uma análise que reforça o entendimento da extrema concentração e desigualdade socioeconômica das municipalidades paranaenses.

Uma leitura do PIB setorial mostra que, no Paraná, 14 municípios tiveram participação maior que 1% no total do PIB da indústria do Estado, concentrando 65,86% do total em 2010 (em 2000, eram 19 municípios, os quais totalizavam 74,38%). Entre este período (2000-2010) o número de municípios com participação acima de 1% diminui juntamente com o total que concentravam, porém mesmo assim, a centralização exercida pelas principais cidades do Estado continuou elevadíssima. Para facilitar o entendimento, apresenta-se a seguir, em ordem decrescente os centros de maior expressão: Curitiba (16,29%); São José dos Pinhais (11,78%); Araucária (9,07%); Foz do Iguaçu (7,59%); Ponta Grossa (3,62%); Londrina (3,26%); Paranaguá (2,97%); Maringá (2,89%); Cascavel (1,71%); Toledo (1,63%); Arapongas (1,53%); Pinhais (1,46%); Telêmaco Borba (1,04%); Colombo (1,02%).

Se forem incluídos os municípios com participação acima de 0,50% do PIB industrial do Paraná em 2010, como resultado haverá, 32 municípios e uma concentração de 78,67% do PIB da indústria do Estado. Importante notar que, entre os centros que possuem uma participação entre 0,50% e 0,99% do PIB industrial, tem-se 18 centralidades que representam 12,82% do total do PIB da indústria, entre estas, destacam-se Rolândia (0,96%); Guarapuava (0,95%); Campo Largo (0,89%); Campo Mourão (0,85%); Apucarana com 0,80%, Cambé (0,80%); Francisco Beltrão (0,69%); Pato Branco (0,68%), dentre outras. Assim, os centros com participação acima de 0,50% do PIB do setor secundário representam também centros potencialmente dinâmicos que, na maioria dos casos, se desenvolveram industrialmente graças ao capital local/regional, sem contar com os arrebatedores subsídios governamentais, circunscritos, principalmente a Curitiba e sua região metropolitana.

Ao ampliar a análise para os municípios com participação acima de 0,25% do total do PIB da indústria estadual, em 2010, atinge-se 53 municípios, que totalizaram

85,97% do total do PIB (em 2000, eram 47 municípios, que somavam 87,52% do total do PIB da indústria). Já se forem considerados aqueles com participação acima de 0,20% do PIB industrial, tem-se 61 municípios e 87,78% do PIB Estadual.

Incluindo os com 0,15% a 0,19% somam-se 12 municípios e 1,81% do PIB industrial, e se adicionados os municípios com mais de 0,15% do PIB da indústria, contabilizar-se-á 69 centros e 89,59% do total do PIB industrial do Paraná em 2010. Sabendo que, o Estado conta com 399 municípios, tem-se a difícil missão de dividir (o restante do bolo) 10,41% do PIB industrial entre 330 municipalidades.

Em relação ao PIB do setor primário paranaense, verifica-se uma melhor distribuição, esse setor apresenta-se disperso entre as municipalidades, para exemplificar, pode-se dizer que, o município que somou a maior participação teve apenas 1,98%. Já os que somam acima de 1% do PIB agropecuário do Estado, perfazem sete municípios, os quais totalizaram 9,01% do PIB (no ano 2000 também eram sete municípios que detinham participação acima de 1%, estes totalizaram 10,18%), ou seja, diferentemente do poder concentrador do setor secundário, a agricultura possui uma distribuição mais equilibrada entre as municipalidades. Dos municípios que contabilizaram o PIB da agricultura acima de 1% em 2010, Castro aparecia na primeira colocação com 1,98%, seguido por Telêmaco Borba (1,46%), Cascavel (1,17%), Tibagi e Toledo (1,11%), Lapa (1,10%) e Guarapuava com 1,07%⁹.

Ampliando a análise e relacionando as municipalidades que apresentaram em 2010 uma participação no PIB da agricultura do Estado acima de 0,25%, reunir-se-á 154 municípios que totalizaram 66,11% do PIB do setor primário (em 2000, somavam 143 municípios que representavam 66,68%), e os municípios que reúnem uma participação no PIB da agropecuária entre 0,15% e 0,24%, totalizam 108 municípios, que somam 20,57% do PIB. Já, os municípios com participação acima de 0,15% do PIB, alcançam 262 municípios, os quais totalizaram 86,68% do PIB Estadual da agricultura (em 2000 tínhamos 240 municípios que somavam 85,30% do PIB). Desta forma, restarão 13,32% do PIB da agricultura do Paraná para serem distribuídos entre os demais 137 municípios do Estado.

⁹ Em 2000 os municípios que possuíam participação no PIB agropecuário acima de 1% era Castro (1,79%), Guarapuava (1,62%), Toledo (1,53%), Cascavel (1,51%), Tibagi (1,43%), Ponta Grossa (1,28%) e Candói (1,02%), IBGE (ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2010/).

Salientando que, o PIB do setor primário paranaense em 2010 somou R\$: 15.871.270,44 e o PIB industrial do Estado totalizou R\$: 51.410.752,45. O que por sua vez, contabilizou uma diferença positiva para a indústria de R\$: 35.539.482,02 (IBGE - ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2010/).

Em relação aos resultados do PIB do setor terciário do Estado, verifica-se que em 2010 o mesmo contabilizou R\$: 150.007.653,70, ou seja, aproximadamente três vezes superior ao PIB industrial e 10 vezes superior ao PIB do setor primário (IBGE - ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2010/).

Em 2010, 12 centros conquistaram uma participação no PIB do setor terciário Estadual acima de 1%, estes totalizaram 65,78% (em 2000 eram 11 centros que totalizavam 62,98%), portanto, um setor concentrador, igualmente ao setor secundário. Os centros de maior expressão no PIB terciário são Curitiba (29,81%), Londrina (5,42%), Araucária (5,10%), São José dos Pinhais (5,05%), Maringá (4,49%), Paranaguá (3,77%), Cascavel (2,75%), Ponta Grossa (2,64%), Pinhais (2,49%), Foz do Iguaçu (1,89%), Guarapuava (1,33%) e Colombo (1,05%). Estes centros correspondem às espacialidades das principais centralidades do Estado, assim, observa-se que, os centros de maior expressão no PIB industrial correspondem também aos centros de maior participação no terciário.

Em relação aos centros, também de grande expressão, com participação no PIB terciário logo abaixo de 1%, destacam-se Toledo (0,96%), Araongas (0,87%), Apucarana e Campo Mourão (0,79%), Pato Branco (0,72%), Francisco Beltrão (0,57%), dentre outros.

Quanto aos centros com participação superior a 0,25% do PIB terciário, constatou-se um total de 43 municípios que somaram 80,17% do PIB do setor terciário (em 2000 havia 45 centros que somavam 80,06%), ou seja, um setor altamente concentrador. Destacando que, em 2010 restavam 19,83% PIB terciário para serem repartidos entre 356 centros urbanos do Paraná.

Estes dados deixam claro que, as concentrações populacionais e econômicas possuem áreas determinadas, ponderadas/planejadas desde os anos 1970.

CONSIDERAÇÕES

Neste artigo, verificou-se que o processo de urbanização brasileira e paranaense iniciou seu desenfreado crescimento a partir do terceiro quartel do século XX. E, com o êxodo rural promovido, sobretudo, pela modernização da agricultura, tornou os municípios cada vez mais urbanos.

Destaca-se também o processo de ocupação e formação socioespacial paranaense perpassando pelos ciclos econômicos que, de um lado permitiram ao Estado angariar recursos para desenvolver-se economicamente, por outro degradaram o meio ambiente, pondo abaixo as florestas de araucária. A ocupação e a estruturação de sua rede urbana ultrapassaram diversas fases de expansão da fronteira agrícola, portanto, esse processo de urbanização sobreveio através da formação de uma região agrícola, pois o urbano encontra-se incluso no agrícola, como bem nos informou Santos (1993). Assim, após suplantarem distintas fases, este processo atinge a atual concentração populacional e econômica. Concentração realizada pelas principais centralidades do Estado, como Ponta Grossa e Região Metropolitana de Curitiba (indústria pesada); Região Metropolitana de Londrina e Maringá (indústria e agronegócio) e Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo (agro-industrialização).

A análise dos dados econômicos deixou claro que, ao longo da inserção do Paraná na divisão territorial do trabalho, a maior parte da receita gerada, ou melhor, a dinâmica econômica paranaense tem localização determinada, logo, a concentração populacional e a concentração econômica estão em áreas específicas. Estas áreas foram determinadas (explicitadas) no estudo denominado PDU (PARANÁ, 1973), e de lá para cá foram reforçadas em um discurso de um desenvolvimento regional equilibrado, porém esse dito equilíbrio fez ampliar ainda mais a desigualdade regional, basta examinar os dados apresentados e ver a forte concentração e centralização econômica. Mas, sabe-se que aquele estudo visava aprofundar o desenvolvimento econômico das cidades polos, como forma destas suprirem as necessidades imediatas e de maiores valores agregados para uma população residente nos centros urbanos de suas áreas de influência e, o aprofundamento destas demandas ocorreu, mas ainda falta um longo caminho para descentralizar alguns serviços, a exemplo, entre outros, dos serviços de saúde especializados, pois vários habitantes de cidades locais e sub-regionais precisam se deslocar a capital do Estado para receberem atendimentos de diversas especialidades médico-hospitalares (consultas, exames e cirurgias).

REFERÊNCIAS

- ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina, 1930/1975. Londrina: Ed. UEL, 1998.
- BESSA, Kelly. **A dinâmica da rede urbana no Triângulo Mineiro**: Convergências e Divergências entre Uberaba e Uberlândia. Uberlândia: [s.n.], 2007. 348p.
- CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 4ª ed.. Campinas, SP: Instituto de Economia – Unicamp, 1998.
- CASARIL, Carlos Casemiro. **A dinâmica da rede urbana de Francisco Beltrão – Paraná**. 2014. 454f. Tese (Doutorado em Geografia) PPGGEO – UFSC, Florianópolis, 2014.
- CHRISTALLER, Walter. *Central Places in Southern Germany*. Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs, 1966.
- CORRÊA, Roberto L. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 61-83, jan./mar. 1988. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 08/06/2007.
- _____. Interações Espaciais. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. RJ: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.
- CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos (part. 1). **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n.179, p. 139-145. 1964a. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 05/08/2008.
- _____. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos (part. 2). **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n.180, p. 267-276. 1964b. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 05/08/2008.
- CROCETTI, Zeno Soares. **Formação Sócio-Espacial do Paraná**. 2012. 355f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia UFSC, 2012.
- FIRKOWISK, Olga Lucia C. de Freitas. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH - USP, São Paulo.
- FRESCA, Tania Maria. **Transformações da rede urbana do Norte do Paraná**: estudo comparativo de três centros. 2000. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004. 403p.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico - 1940**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.
- _____. **Censo demográfico - 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.
- _____. **Censo demográfico – Paraná – 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. v. 1. Tomo 14.
- _____. **Censo demográfico - 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
- _____. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro, 1972. 110p.
- _____. **Censo agropecuário – Paraná**: VIII recenseamento geral – 1970. v. 3, t. 19. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- _____. **Censo demográfico - 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- _____. **Regiões de influência das cidades brasileiras**. Rio de Janeiro, 1987.

- _____. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.
- _____. **Censo demográfico – Paraná – 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. **Censo demográfico – Paraná – 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- _____. **Regiões de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000b. 230p. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 28/03/2007.
- _____. **Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2002/>. Acesso em 2012.
- _____. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2005/>. Acesso em 2012.
- _____. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201p. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em 12/10/2008.
- _____. **Censo demográfico – 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 12/06/2011.
- _____. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2010/>. Acesso em 2012.
- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Projeto de regionalização administrativa**. Curitiba: IPARDES, 1976. v.2.
- _____. **O Paraná: economia e sociedade**. Curitiba: IPARDES, 1982. 71p.
- _____. **Nova configuração espacial do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1983. 140p.
- _____. **Os vários Paranas: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos planos de desenvolvimento regional**. Curitiba, 2005.
- _____. **Os vários Paranas: identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional**. Curitiba, 2006.
- _____. **Arranjo Produtivo local de software de Pato Branco, Dois Vizinhos e Região Sudoeste: estudo de caso**. Curitiba: IPARDES, 2006b. 38p.
- _____. **Comentários sobre os resultados do REGIC 2007**. Curitiba: IPARDES, 2009.
- _____. **Dinâmica urbana dos Estados: Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2010. 49 p. (Projeto Dinâmica Urbana dos Estados – Acordo de cooperação técnica IPARDES, IPEA).
- JOFFILY, José. **Londres – Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- MOURA, Rosa. Paraná: meio século de urbanização. **RA'E GA**, Curitiba, n.8, p.33-44, 2004.
- _____. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. 2009. 249f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.
- _____. et. al. O Estado do Paraná no Censo 2010. **Boletim do Observatório das Metrôpoles**. Curitiba, 2011. Disponível em http://web.observatoriodasmetrôpoles.net/download/PR_Censo2011.pdf. Acesso em 2012
- OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.
- PARANÁ. Governo do Estado. Coordenação do Planejamento Estadual. **PDU – Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado do Paraná**. Curitiba, 1973.

- RANGEL, Ignácio. **El Desarrollo Econômico en Brasil**. CEPAL, Santiago do Chile, 1957.
- SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977.
- TRINTIN, Jaime Graciano. **A economia paranaense: 1985-1998**. 2001. 185f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas.
- _____. **A nova economia paranaense: 1970-2000**, Maringá, EDUEM, 2006.
- VASCONCELOS, José Romeu de; CASTRO, Demian. Paraná: economia, finanças públicas e investimento nos anos 90. **Texto para discussão**, nº 624. Brasília: IPEA, 1999. 44p. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 01/04/2010.
- WACHOWICZ, R. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1977.
- ZÓRTEA, A. J. **Londrina através dos tempos e crônicas da vida**: homenagem aos pioneiros. São Paulo: Juriscredi, 1975.